

ENTREVISTA COM FERNANDO PENNA¹

Ao tomar a decisão de pautar o tema da violência para compor o dossiê do terceiro número de **Movimento – revista eletrônica de educação da Universidade Federal Fluminense** –, o Conselho Editorial elencou um grande número de facetas da violência que historicamente se manifestam física e presencialmente no interior e fora do espaço escolar. O fenômeno relativamente recente das redes sociais e o vertiginoso processo de crescimento de trocas de informação, interação e mediação virtual a ele agregado, não apenas ampliou o espectro da violência como contribuiu decisivamente para articular o *dentro* e o *fora* da escola. Dentre outros exemplos, talvez o mais comum e antigo é o registro de cenas reais de alunos e alunas brigando nos pátios escolares ou nas redondezas da instituição postadas nas redes sociais, muitas delas *viralizadas* – para usar o barbarismo da ocasião – por um número sempre crescente de adeptos do *bullying* escolar.

Nos últimos cinco anos, nas redes sociais, o exemplo de articulação da violência *dentro-fora* da escola que mais chama a atenção é o *ódio ao*

¹ Fernando Penna é Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. fernandopenna@id.uff.br. Algumas de suas intervenções, análises e comentários sobre o tema podem ser encontrados em

<https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2015/09/18/o-odio-aos-professores/>

<https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/>

<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR85668>

professor, conforme observa o professor Fernando Penna na entrevista que publicamos a seguir.

Estudioso da manifestação reivindicatória por uma *escola sem ideologia* trazida nos últimos anos por setores conservadores e reacionários da sociedade brasileira, Penna busca oferecer na entrevista algumas hipóteses para compreendermos o fenômeno do *ódio ao professor*, bem como algumas pistas para apreendermos os fundamentos que movem aqueles setores no combate ao que denominam de *doutrinação ideológica* de esquerda, e, concluindo, observa a urgência da resistência ao assédio moral feito dos conservadores e reacionários, chamando a atenção para a importância da ampliação do conhecimento crítico sobre o tema.

Comitê Editorial

Movimento – O número atual da Revista Movimento tem como tema a violência. Como o senhor percebe na nossa sociedade contemporânea a relação entre a educação e a violência?

Fernando Penna – Eu venho discutindo um fenômeno que chamei de *ódio aos professores*, que identifiquei visitando algumas páginas específicas nas redes sociais. Creio que este fenômeno seja mais perceptível no mundo virtual devido à sensação de impunidade que acompanha os comentários de ódio neste espaço, especialmente graças ao recurso dos perfis falsos e ao anonimato. O *ódio aos professores* é caracterizado por ameaças diretas aos professores de violência física e até de morte. Estas ameaças são realizadas de maneira absolutamente explícita e chocante. Eis um exemplo de um comentário em uma publicação que debatia a questão da docência: “Professor tem que ensinar português e matemática, se passar das matérias relevantes deve ser espancado ou processado”. Outro exemplo, este na forma de uma imagem: um homem com uma expressão ameaçadora aponta uma arma de cano duplo na

direção do observador, com a seguinte legenda: “Ensine ideologia de gênero para minha filha que você não vai para a cadeia, eu vou para a cadeia”. A ameaça de morte está clara. Ao entrar em contato com essa campanha de ódio voltada contra os professores, a pergunta mais pertinente, ao meu ver, é o que está gerando este ódio.

M – O senhor tem alguma hipótese?

FP – Sim. Podemos perceber, nos dois exemplos citados, a ideia de que o professor deveria limitar-se a *transmitir a matéria*, caso contrário mereceria ser alvo de violência. O que está em questão é a competência profissional dos professores – se estes fossem percebidos como detentores de um saber profissional, que os permitiria planejar qualquer intervenção pedagógica que considerasse necessária, este tipo de limitação não se justificaria. Um dos pressupostos destas ameaças é que os professores são malformados e não são dignos de confiança, justamente eles que lidam cotidianamente com os membros mais indefesos da nossa sociedade, as crianças e os jovens. Essa falta de confiança na competência profissional dos professores está no âmago desta campanha de *ódio aos professores* e é uma ideia amplamente aceita por parte da nossa sociedade, sendo inclusive percebida como um dos principais fatores que causam a *baixa qualidade* da educação no Brasil.

M – Os autores destas ameaças aos professores atribuem a eles que tipo de atitude ou comportamento que justificaria este recurso à violência?

FP – A principal acusação é de que os professores *doutrinariam ideologicamente* os seus alunos, impondo os seus valores éticos, políticos e sexuais. Sem dúvida, dois elementos estão em foco: a questão de gênero e a questão político-partidária. Em um dos exemplos citados na minha primeira resposta, o professor era ameaçado de morte caso ele ensinasse *ideologia de gênero*. Esta expressão foi cunhada especificamente com a intenção de criar uma verdadeira interdição em torno da discussão de gênero em sala de aula.

Não conheço autores que usem esta expressão como conceito analítico, e, mesmo que houvesse, certamente não utilizariam da mesma maneira como estes grupos. Existe uma imagem, circulando nas redes sociais, na qual o desenho de uma família, composta por um casal heterossexual acompanhado de uma menina e um menino, aparece todo rachado e acompanhado da legenda “ideologia de gênero – ideologia antifamília”. Não é de surpreender que as pessoas, que acreditam na existência de uma *ideologia de gênero* e que os professores estão tentando impô-la aos seus filhos, fiquem revoltadas. Obviamente é uma tentativa grosseira de criar um medo em pessoas que não conhecem a importância de se entender a história das relações de gênero. O grande problema é que os diversos grupos por trás desta verdadeira campanha de difamação do tema estão tendo grande sucesso.

M – Quais são os grupos por trás desta campanha de ódio aos professores?

FP – São múltiplos grupos que se alinham nesta campanha. Tenho investigado especialmente um deles: o Escola Sem Partido. Todos exemplos que citei até agora foram coletados em páginas vinculadas a este grupo. O Escola Sem Partido era um movimento criado por um advogado chamado Miguel Nagib, para combater o que ele percebia como *doutrinação ideológica* nas escolas. Inicialmente um grupo sem maior importância, mas que foi aproveitando-se de polêmicas relativas à educação para crescer e ganhar força. Em 2007, quando o Ali Kamel começa uma grande polêmica em torno de sua crítica do livro didático **Nova História Crítica**, do Mario Schmidt, o Escola Sem Partido ganha visibilidade junto com o tema da *doutrinação de esquerda*. No ano seguinte, a revista **Veja** já cita o movimento como uma solução possível para o problema da doutrinação. No entanto, é justamente no momento que o Escola Sem Partido se aproveita do combate à *ideologia de gênero*, tornando-o uma das suas bandeiras, que ele dá um salto qualitativo. A proposta de um movimento que combate a *doutrinação ideológica* cai como uma luva na mão daqueles que querem acabar com a discussão de gênero nas escolas. É em 2014, ano da definição do Plano Nacional da Educação que teve excluídas todas metas

relativas ao combate à desigualdade de gênero, que surge o primeiro projeto de lei baseado nas ideias do movimento Escola Sem Partido e em 2015, ano no qual presenciamos uma verdadeira campanha (de sucesso) pela remoção do termo “gênero” em todos os Planos Municipais de Educação, que surge um projeto nacional de inclusão do “Programa Escola Sem Partido” na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, além de vários projetos estaduais e municipais. Ainda no final de 2015, o movimento transforma-se na Associação Escola Sem Partido, que, nesta nova categoria, já enviou representações às unidades da Procuradoria da República nos 27 estados da federação. Qual o objetivo desta representação? “Demonstrar a inconstitucionalidade da exigência do respeito aos *direitos humanos*, na prova de redação do Enem/2015”.

M – Combater a *doutrinação ideológica* pode parecer, para muitas pessoas, uma causa justa. Qual seria o problema no caso do movimento Escola Sem Partido?

FP – Sim, este movimento ganha muita adesão de pessoas que não conhecem sua proposta a fundo. O próprio nome Escola Sem Partido já é bastante enganador. Quando perguntadas se elas são a favor de uma *escola sem partido* ou de uma *escola com partido*, a maioria das pessoas optaria pela primeira alternativa. No entanto, esta é uma falsa dicotomia – não é uma escola com ou sem partido que está em jogo. Este movimento defende um projeto de escola que remove seu caráter educacional e transforma os professores em meros transmissores de conhecimento. Na página deste movimento, pode ser encontrada uma *bibliografia politicamente incorreta*, na qual são indicados apenas quatro livros. Um deles é intitulado **Professor não é educador**, de Armindo Moreira. Este livro defende uma dissociação entre o ato de educar e o de instruir, sendo o primeiro ato tarefa exclusiva das famílias e das igrejas e o segundo responsabilidade da escola. Um nome mais apropriado para este movimento seria, portanto, *Escola Sem Educação*. Outro elemento importante no discurso deste grupo é o combate à *doutrinação ideológica*, mas qual seria

a definição desta expressão para eles? No site do movimento em questão, pode ser encontrado um tópico intitulado “flagrando o doutrinador” e nele temos acesso a uma lista de características a serem buscadas para identificar o tal *doutrinador*. “Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional”. Esta dissociação entre a *matéria objeto da disciplina* e os *assuntos relacionados ao noticiário* é completamente absurda e vai contra todo pensamento educacional das últimas décadas. É a real tentativa de esvaziar a escola do seu caráter educacional, que engloba a instrução mas vai muito além dela.

M – Como professores são representados pelo Escola Sem Partido?

FP – O movimento Escola Sem Partido estimula os alunos a fazerem denúncias contra os seus professores. Estas denúncias são publicadas pelo próprio Escola Sem Partido na sua página e redes sociais. Os professores nunca são chamados para apresentarem o seu ponto de vista da questão, nunca são escutados. Eles são representados como manipuladores hábeis, que se aproveitam da inocência dos seus alunos. Os alunos, por sua vez, sempre aparecem como parte de uma audiência cativa e passiva, indefesos e inocentes, vulneráveis à dominação por parte dos docentes. O site do movimento chega a dizer que os alunos que defendem os seus professores estão sofrendo de Síndrome de Estocolmo e que os movimentos estudantis são controlados por partidos da esquerda. É uma concepção absolutamente deturpada do processo educacional como um todo e, o pior de tudo, é que estes absurdos são reafirmados em projetos de lei que tramitam em âmbito federal, estadual e municipal.

M – Quais são as características dos projetos de lei do Escola Sem Partido?

FP – Primeiro, é preciso afirmar que o projeto de lei federal e suas versões estaduais e municipais são todos basicamente iguais, com poucas variações.

Esta semelhança se dá devido ao fato deles terem todos saído da mesma matriz: o próprio site do movimento oferece anteprojetos de lei municipal e estadual. Os deputados ou vereadores interessados têm apenas que entrar na página, baixar o anteprojeto, adaptá-lo e apresentá-lo na sua casa legislativa. Dito isso, além do projeto (PL 867/2015) que tramita na Câmara dos Deputados e já recebeu um parecer positivo da Comissão Permanente de Educação, projetos de lei semelhantes já foram apresentados em oito estados e no distrito federal! Recentemente em Alagoas o projeto foi aprovado por unanimidade e, em pelo menos dois municípios, o projeto também já foi aprovado. A situação é grave para aqueles que defendem um projeto de escola que não abre mão de seu caráter educativo. E quais são as características destes projetos? Utilizando como exemplo o PL 867/2015, o projeto afirma que um dos princípios que deve reger a educação nacional é o “pluralismo de ideias no ambiente acadêmico” (Art. 2º, II), mas propõe que seja vedada “a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” (Art. 3º). É uma contradição interna explícita e, mais do que isso, uma proibição inviável na prática. Como professores com turmas heterogêneas pode evitar entrar em conflito com as crenças de qualquer um dos pais? Seria a efetiva destruição da sala de aula como espaço de debate. Outros mecanismos são imaginados para limitar o diálogo. O mais preocupante é a criação de um canal direto entre as Secretarias de Educação e os alunos, através do qual os alunos poderiam denunciar anonimamente seus professores. Como professores poderiam debater temas importantes e sensíveis com medo de serem denunciados anonimamente por qualquer um dos seus alunos?

M – Existem outros projetos de lei com propostas similares?

FP – Sim. O PL 867 de 2015 inclusive está tramitando em conjunto com alguns deles. Este projeto encontra-se apensado (terminologia jurídica) ao PLs 7180/2014, 7181/2014 e 1859/2015. Os dois primeiros pretendem incluir, na LDB e nos PCNs, um parágrafo que afirma: “os valores de ordem familiar

precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas”. Por que proibir o trabalho com temas transversais como *ética* ou *pluralidade cultural*, presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais? O PL 1859 de 2015 tenta incluir o seguinte parágrafo na LDB: “A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo *gênero* ou *orientação sexual*”. Torna-se óbvia a tentativa em todos estes projetos de lei de eliminar o caráter educacional da escola, impedindo-a de discutir temáticas centrais para a compreensão do mundo contemporâneo.

M – Como podemos combater estes projetos?

FP – É muito importante que todos aqueles envolvidos diretamente com a educação fiquem cientes da existência destes projetos. Precisamos também acompanhar a tramitação destes projetos, muitas vezes aprovados sem que a sociedade civil sequer tome conhecimento da sua existência. Existe um movimento chamado Liberdade para Educar, do qual eu faço parte, que tem acompanhado e produzido material crítico sobre estes projetos. A página “Professores contra o Escola Sem Partido” no facebook já congrega quase dez mil pessoas com o objetivo de enfrentar estes projetos. São dois projetos conflitantes de escola que estão em disputa e temos que lutar pelo caráter educacional da escola.